



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nº 10 – 08/07/2025

Às 10h35 do dia 08 de julho de 2025, nas dependências do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV, reuniu-se o Comitê de Investimentos, composto pelos seguintes membros: Emídio Marinheiro da Silva Filho, José Francisco da Costa, Matheus Fernandes Lopes, Pedro Causa da Cunha Miguel Souza e Fernando de Moraes Ribeiro, devidamente nomeados por meio das Portarias nº 128/2025/ANGRAPREV e Portaria nº 150/2025/ANGRAPREV, publicadas em Boletim Oficial nos dias 13 de maio de 2025 e 27 de maio de 2025, respectivamente. A reunião contou, ainda, com a presença, na qualidade de ouvintes, do Diretor-Financeiro do Instituto, Sr. Victor Hugo Pereira de Abreu, e do Diretor-Presidente, Sr. Carlos Renato Pereira Gonçalves. Iniciados os trabalhos, foram apresentados os seguintes tópicos constantes da pauta: **Item 1)** Continuação da análise individualizada dos fundos estruturados e de renda variável iniciada na reunião anterior, com possibilidade de resgate e deliberação sobre a destinação do recurso resgatado; **Item 2)** Resgate do fundo CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO I FIF CLASSE FIF MULTIMERCADO RL (CNPJ nº 14.239.659/0001-00), diante do fim do prazo de carência; **Item 3)** Providências quanto aos fundos imobiliários presentes na carteira do Instituto. **Item 4)** Conclusão da renovação do credenciamento das gestoras BTG Pactual Gestora de Recursos (CNPJ nº 09.631.542/0001-37) e Finacap Investimentos Ltda. (CNPJ nº 01.294.929/0001-33), bem como do Banco BTG Pactual S.A. (CNPJ nº 30.306.294/0001-45), na qualidade de distribuidor, custodiante, emissor de ativos financeiros e intermediário. **Item 5)** Aprovação dos Relatórios de Investimentos dos meses de maio e junho de 2025. **Item “1”** – Dando continuidade à análise dos fundos estruturados e de renda variável, o Comitê verificou que, após o resgate parcial do fundo **CONSTÂNCIA Fundamento FI de Ações (CNPJ nº 11.182.064/0001-77)**, o valor remanescente ainda representa aproximadamente 3,5% da carteira do Instituto. Considerando o limite máximo de 3% por fundo, definido na reunião anterior, e observando que, mesmo após o resgate de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o percentual manteve-se acima do limite estabelecido, o Comitê deliberou e aprovou o resgate de mais R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com a finalidade de adequação ao percentual fixado, passando o fundo a representar cerca de 2,8% da carteira consolidada. Foi deliberado, também, a opção pelo resgate integral dos fundos **SUL AMÉRICA EQUITIES FIA (CNPJ nº 11.458.144/0001-02)** e **SOMMA FUNDAMENTAL FIA (CNPJ nº 29.722.466/0001-82)**. Ambos já tinham sido destacados pelo Comitê na última reunião, porém, diante da possibilidade de que o resgate, naquele momento, ocasionasse um resultado desfavorável, decidiu-se pela manutenção temporária dos fundos, em vista da expectativa de melhora na rentabilidade. Conforme deliberado, a reapreciação da viabilidade dos resgates seria realizada na presente data e, ato contínuo, constatou-se, com base em suas posições atualizadas, que ambos os fundos tiveram melhora no desempenho desde a última reunião. Em atenção à proximidade de possíveis desenquadramentos, constatou-se, ainda,



que o valor aplicado do Instituto no **Fundo SOMMA FUNDAMENTAL FIA** corresponde a mais de 14% do patrimônio líquido do próprio fundo (data-base: 04/07/2025), e, no caso do **Fundo SUL AMÉRICA EQUITIES FIA**, o valor investido representa mais de 15% do PL do fundo (data-base: 04/07/2025), o que já representa desenquadramento passivo. Ademais, foi observado no histórico de ambos os fundos um movimento decrescente no valor do patrimônio líquido e na quantidade de cotistas nos últimos anos, denotando uma tendência de saída dos investidores frente aos resultados indesejáveis em longo prazo. Por fim, o **Fundo SOMMA FUNDAMENTAL FIA** apresentou 6 (seis) ocorrências em “janelas ruins” (vide Ata nº 09/2025 e anexos), o que explicita seu desempenho aquém do esperado no decorrer dos anos. Diante disso, o Comitê deliberou e aprovou o resgate integral de ambos os fundos, que somados resultarão no valor total aproximado de R\$ 9,25 milhões. Cumpre ressaltar que, com base nos dados disponíveis no momento da análise (data-base: 04/07/2025), as posições do Instituto em ambos os fundos possibilitavam a realização de resgate com lucro, considerando todas as aplicações e resgates desde o ingresso do Instituto nos fundos. O montante resgatado será direcionado ao fundo **Caixa Brasil Referenciado DI FI RF LP (CNPJ nº 03.737.206/0001-97)**, em conformidade com as diretrizes deste Comitê voltadas à estabilização da carteira e à maior previsibilidade dos retornos. Corroborando com tais diretrizes, na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil, realizada em 18 de junho, foi decidida a elevação da taxa básica de juros em 0,25, resultando na taxa atual de 15% a.a.. A ata da referida reunião encontra-se em anexo. **Item “2”** – O Comitê deliberou e aprovou o resgate integral do **CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO I FIF CLASSE FIF MULTIMERCADO RL (CNPJ nº 14.239.659/0001-00)**, cujo prazo de carência encerrou-se em 02/07/2025. A totalidade dos recursos será destinada à aplicação no **Caixa Brasil Referenciado DI FI RF LP (CNPJ nº 03.737.206/0001-97)**, conforme a estratégia de alocação em ativos com liquidez, segurança e rentabilidade previsível/elevada. **Item “3”** – O Sr. Matheus Fernandes Lopes, Gestor de Recursos, fez um alerta aos membros do Comitê sobre a necessidade de acompanhamento contínuo dos três fundos imobiliários que compõem a carteira do Instituto. Em relação ao **Vector Queluz Lajes Corporativas FII (CNPJ nº 13.842.683/0001-76)**, fundo de investimento fechado, o gestor destacou que já havia um plano de liquidação em vigor, o qual foi prolongado por 12 (doze) meses, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos cotistas realizada em 30/07/2024 (sumário das decisões da AGE em anexo). Desde então, ocorreu somente uma amortização parcial no valor de R\$ 19,1801307945096 por cota. Diante do exposto, o Sr. Matheus agendará uma reunião com os responsáveis pelo fundo, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os motivos que impediram a liquidação integral no prazo estabelecido, bem como sobre as próximas ações previstas para que ocorra o desinvestimento efetivo do fundo. No que tange aos fundos **Brazilian Graveyard and Death Care Services (CNPJ nº 13.584.584/0001-31)** e **Macam Shopping Responsabilidade Limitada FII (CNPJ nº 16.685.929/0001-31)**, o Comitê observou que os valores de cota de mercado de ambos os fundos sofreram uma forte desvalorização nas últimas janelas temporais e que há pouca liquidez para negociação das cotas no mercado secundário. Assim, o Sr. Matheus agendará reuniões com as respectivas instituições responsáveis, com o objetivo de discutir a situação atual dos fundos e avaliar alternativas viáveis para desinvestimento. Em caso de omissão ou ausência de



apresentação de uma solução efetiva pelas instituições responsáveis, o Comitê encaminhará representação à Procuradoria Geral do Município, para as medidas jurídicas cabíveis. **Item “4”** – Com base no art. 103 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e art. 1º, § 1º, inciso VI da Resolução CMN nº 4.963/2021, o Comitê de Investimentos aprovou, por unanimidade, as renovações de credenciamento das gestoras **BTG Pactual Gestora de Recursos (CNPJ nº 09.631.542/0001-37)** e **Finacap Investimentos Ltda (CNPJ nº 01.294.929/0001-33)**, bem como do **Banco BTG Pactual S.A. (CNPJ nº 30.306.294/0001-45)**, na qualidade de distribuidor, custodiante, emissor de ativos financeiros de renda fixa e intermediário. Atendendo ao disposto no art. 1º, § 3º da Resolução CMN nº 4.963/2021, foram observados, nas instituições em epígrafe, parâmetros que contemplem bom histórico de atuação, volume considerável de recursos sob gestão e administração, solidez patrimonial, dentre outros fatores, bem como foram formalmente atestados os itens previstos no art. 103, § 3º da Portaria MTP Nº 1.467/2022, conforme detalhado nos Termos de Análise e Atestado de Credenciamento correspondentes. Informou, ainda, que a renovação do credenciamento da XP Gestora de Recursos Ltda. (CNPJ nº 07.625.200/0001-89) encontra-se em andamento, com pendência de envio de documentações por parte da instituição e que deve ser concluída nos próximos dias. **Item “5”** – Foram aprovados os relatórios analíticos de investimentos dos meses de maio e junho de 2025. O Sr. Matheus Lopes pontuou que o atraso da geração do relatório de maio justificou-se pela transição entre as plataformas de investimentos, mas que esse fluxo já se encontra normalizado para os próximos meses. Foi observado pelo Comitê alguns efeitos das primeiras movimentações na carteira deliberadas pelo grupo, a exemplo do percentual do segmento de Renda Fixa, que subiu de 42,41% (maio) para 51,01% (junho), ao passo que o percentual do segmento de Renda Variável decresceu de 33,89% (maio) para 25,82% (junho). Notou-se também a tendência de crescente aproximação da rentabilidade anual acumulada da carteira do Instituto em relação à meta atuarial: o retorno acumulado no ano no fechamento de maio era de 96,44% da meta atuarial, ao passo que tal proporção para o fechamento de junho já alcançou o patamar de 99,12%. A expectativa do Comitê é que no próximo mês (julho de 2025) a meta atuarial seja atingida ou superada, considerando o aumento da exposição em ativos com maior previsibilidade de retorno. Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 35 minutos, foi encerrada a presente reunião. Eu, Pedro Causa da Cunha Miguel Souza, Secretário do Comitê, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Emídio Marinheiro da Silva Filho
Mat. 2500382

José Francisco da Costa
Mat. 12378

Matheus Fernandes Lopes
Mat. 2500273

Pedro Causa da Cunha Miguel Souza
Mat. 2500367

Fernando de Moraes Ribeiro
Mat. 25000262

271ª

Ata da Reunião do
Comitê de Política Monetária — Copom

17 e 18 de junho de 2025

271ª Reunião COPOM

17 e 18 de junho



Data: 17 e 18 de junho de 2025

Local: Salas de reuniões do 8º andar (17/6 e 18/6 – manhã) e do 20º andar (18/6 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término:
17 de junho: 10h11 – 11h56; 14h32 – 18h16
18 de junho: 10h10 – 11h11; 14h36 – 18h32

Presentes:

Membros do Copom

Gabriel Muricca Galípolo – *Presidente*
Ailton de Aquino Santos
Diogo Abry Guillen
Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Izabela Moreira Correa
Nilton José Schneider David
Paulo Picchetti
Renato Dias de Brito Gomes
Rodrigo Alves Teixeira

Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas (presentes em 17/6 e na manhã de 18/6):

André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 18/6)
André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações do Mercado Aberto*
Fábio Martins Trajano de Arruda – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Departamento das Reservas Internacionais*
Marcelo Antonio Thomaz de Aragão – *Dep. de Assuntos Internacionais*
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*

Demais participantes (presentes em 17/6 e na manhã de 18/6):

Alexandre de Carvalho – *Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente*
André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Dep. de Monitoramento do Sistema Financeiro*
Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*
Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*
Erasto Villa Verde de Carvalho Filho – *Procurador-Geral*
Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*
Fernando Augusto Ferreira Lemos – *Chefe do Departamento de Estatísticas*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores internacionais de Portfólio* (presente na manhã de 17/6)
Julio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Laura Soledad Cutruffo Comparini – *Chefe Adjunto do Departamento Econômico*
Leonardo Martins Nogueira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*
Mardilson Fernandes Queiroz – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*
Mario Rubem do Coutto Bastos – *Chefe Adjunto do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo da Costa Martinelli – *Chefe Adjunto do Departamento das Reservas Internacionais*
Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*
Rogerio Antonio Lucca – *Secretário Executivo*
Simone Miranda Burello – *Assessora Sênior no Gabinete do Diretor de Política Monetária*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom¹

1. O ambiente externo mantém-se adverso e particularmente incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente acerca de suas políticas comercial e fiscal e de seus respectivos efeitos.
2. Além disso, o comportamento e a volatilidade de diferentes classes de ativos também têm sido afetados, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes em ambiente de acirramento da tensão geopolítica.
3. Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho ainda tem apresentado algum dinamismo, mas observa-se certa moderação no crescimento.
4. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes mantiveram-se acima da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2025 e 2026 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 5,2% e 4,5%, respectivamente.

B) Cenários e análise de riscos

5. O cenário prospectivo de inflação segue desafiador em diversas dimensões. O Comitê analisou o cenário internacional, a atividade econômica, a demanda agregada, as expectativas de inflação e a inflação corrente. Em seguida, discutiu as projeções e expectativas de inflação para então deliberar sobre a decisão corrente e comunicação futura.
6. O cenário externo mostra-se adverso e particularmente incerto. O Comitê avaliou que houve alguns desenvolvimentos que permitiriam a conclusão de uma melhora no cenário internacional, como a reversão parcial das tarifas, mas permaneceu a visão preponderante de um cenário internacional ainda incerto e volátil. Em particular, o Comitê segue avaliando que o choque de incerteza pode ser relevante. Tampouco é clara qual será a trajetória fiscal nos Estados Unidos, tanto na magnitude de estímulo quanto na consolidação fiscal final. Além disso, o conflito geopolítico no Oriente Médio e suas possíveis consequências sobre o mercado de petróleo também adicionam incerteza sobre o cenário externo prospectivo. O cenário já tem provocado mudanças nas decisões de investimento e consumo. Ainda é cedo para concluir qual será a magnitude do impacto sobre a economia doméstica, que, por um lado, parece menos afetada pelas recentes tarifas do que outros países, mas, por outro lado, é impactada por um cenário global adverso.
7. As condições financeiras globais que prevalecerão nesse cenário adverso serão particularmente importantes, em um ambiente com incertezas econômicas e geopolíticas amplificadas. Notou-se, novamente, um padrão de correlações de ativos, incluindo moedas, diferente do usual quando da ocorrência de choques de aversão a risco. O Comitê reforçou que o compromisso dos bancos centrais com o atingimento das metas é um ingrediente fundamental no processo desinflacionário, corroborado pelas recentes indicações de ciclos cautelosos de distensão monetária em vários países e a ênfase na ancoragem das expectativas. Como usual, o Comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica de inflação interna e seu impacto sobre o cenário prospectivo. Reforçou-se, ademais, que um cenário de maior incerteza global e de movimentos cambiais mais abruptos exige maior cautela na condução da política monetária doméstica.
8. A conjuntura de atividade econômica doméstica segue marcada por sinais mistos com relação à desaceleração de atividade, mas observa-se certa moderação de crescimento.

¹ A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em maio (270ª reunião).

A divulgação do PIB do primeiro trimestre indicou, conforme esperado, um crescimento forte nos setores menos sensíveis ao ciclo econômico, em particular agropecuária. Houve alguma moderação nos demais setores, ainda que apresentando certo dinamismo em vários subsetores. Observou-se, nesse sentido, uma reversão parcial do consumo das famílias, após queda no trimestre anterior, e expansão do investimento. No consumo, a resiliência pode estar relacionada ao próprio dinamismo do mercado de trabalho, que mantém a renda em ritmo de crescimento elevado, e o mercado de crédito, que tem apresentado inflexão, mas ainda está dinâmico. Para os dados mais recentes de atividade econômica, o processo de moderação de crescimento segue ocorrendo, embora de forma bastante gradual. Os indicadores mais recentes de comércio, serviços e indústria sugerem um crescimento mais moderado, e os indicadores de confiança se mantêm em níveis mais baixos, apesar de alguma reversão recente. Dadas as defasagens inerentes aos mecanismos de transmissão da política monetária, espera-se que tais efeitos se aprofundem nos próximos trimestres. O Comitê reforça que o arrefecimento da demanda agregada é um elemento essencial do processo de reequilíbrio entre oferta e demanda da economia e convergência da inflação à meta.

9. Outro fator que tem contribuído, ao longo dos últimos anos, para o dinamismo de atividade tem sido o mercado de trabalho. Tanto do ponto de vista de renda, com ganhos reais acima da produtividade, como do emprego, com aumento do nível de ocupação e redução expressiva da taxa de desemprego para níveis historicamente muito baixos, o mercado de trabalho tem dado bastante suporte ao consumo e à renda. Os dados mais recentes corroboram a interpretação de um mercado de trabalho dinâmico com expressiva geração de empregos formais e redução da taxa de desemprego. Houve, por outro lado, alguma desaceleração nos rendimentos, mas ainda persistem em patamar elevado, dando suporte ao crescimento da renda ampliada das famílias. Ressaltou-se que a inflexão no mercado de trabalho também é parte dos mecanismos de transmissão da política monetária e deve ficar mais evidente e forte ao longo do tempo, de modo compatível com um cenário de política monetária restritiva.

10. O mercado de crédito também se manteve pujante nos últimos trimestres em função do dinamismo do mercado de trabalho e da atividade econômica. Recentemente, condizente com o cenário atual de aperto de condições financeiras e de elevação de prêmio de risco, o crédito bancário tem apresentado inflexão, com elevação das taxas de juros, menor apetite ao risco na oferta de crédito e redução no ritmo das concessões de crédito. Observa-se um recuo nas concessões de crédito livre, enquanto as concessões de crédito direcionado se mantiveram mais resilientes. Em particular, no crédito às pessoas físicas, há um aumento do comprometimento da renda familiar com o serviço das dívidas e um aprofundamento do fluxo de crédito negativo, ou seja, maior pagamento do que contratação de dívida por parte das pessoas físicas.

11. A política fiscal tem um impacto de curto prazo, majoritariamente por meio de estímulo à demanda agregada, e um impacto de médio prazo, que incorpora os efeitos do prêmio a termo da curva de juros. Uma política fiscal que atue de forma contracíclica e contribua para a redução do prêmio de risco favorece a convergência da inflação à meta. Assim, o debate mais recente, com ênfase na dimensão estrutural do orçamento fiscal e na redução ao longo do tempo de gastos tributários, tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e de ter impactos sobre o prêmio da curva de juros. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade. O Comitê, em sua análise de atividade, manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas. Em particular, o debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas.

12. As expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes, mantiveram-se acima da meta de inflação em todos os horizontes, tornando o cenário de inflação mais adverso. Nos horizontes mais curtos, a partir da divulgação dos dados mais recentes, observa-se uma queda nas expectativas de inflação. Para os horizontes mais longos, por outro lado, não houve alteração relevante entre as reuniões do Copom. A desancoragem das expectativas de inflação é um fator de desconforto comum a todos os membros do Comitê e deve ser combatida. Foi ressaltado que ambientes com expectativas desancoradas aumentam o custo de desinflação em termos de atividade. O cenário de convergência da inflação à meta torna-se mais desafiador com expectativas desancoradas para prazos mais longos. Na discussão sobre esse tema, a principal conclusão obtida e compartilhada por todos os membros do Comitê foi de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado.

13. O cenário de inflação de curto prazo segue adverso, mas apresentou surpresas baixistas no período recente em relação ao que os analistas previam. A inflação de bens industrializados, que já tinha mostrado menor força nos preços ao atacado, continuou a se arrefecer no período mais recente. Os preços de alimentos também apresentaram uma dinâmica um pouco mais fraca do que era esperado. Por fim, a inflação de serviços, que tem maior inércia, segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta, em contexto de hiato positivo. Para além das variações dos itens, ou mesmo das oscilações de curto prazo, o Comitê se deteve na análise de que os núcleos de inflação têm se mantido acima do valor compatível com o atingimento da meta há meses, corroborando a interpretação de uma inflação pressionada pela demanda e que requer uma política monetária contracionista por um período bastante prolongado.

14. O Comitê se debruçou então sobre as projeções. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R\$5,60/US\$², evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária “verde” em dezembro de 2025 e de 2026.

15. No cenário de referência, as projeções para a inflação acumulada em quatro trimestres para 2025 e para 2026, atual horizonte relevante de política monetária, são, respectivamente, 4,9% e 3,6% (Tabela 1).

16. Com relação ao balanço de riscos, avaliou-se que o cenário de maior incerteza segue apresentando riscos mais elevados do que o usual tanto de alta quanto de baixa para o cenário de inflação. O Comitê avaliou que, entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais positivo; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; (ii) uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e (iii) uma redução nos preços das *commodities* com efeitos desinflacionários.

17. Prospectivamente, o Comitê seguirá acompanhando o ritmo da atividade econômica, fundamental na determinação da inflação, em particular da inflação de serviços; o repasse do câmbio para a inflação, após um processo de maior volatilidade

² Valor foi obtido pelo procedimento, que passou a ser adotado na 258ª reunião, de arredondar a cotação média da taxa de câmbio observada nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

da taxa de câmbio; e as expectativas de inflação, que se mantêm desancoradas e são determinantes para o comportamento da inflação futura. Enfatizou-se que os vetores inflacionários seguem adversos, como resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, expectativas de inflação desancoradas e projeções de inflação elevadas. Tal cenário prescreve uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado para assegurar a convergência da inflação à meta.

C) Discussão sobre a condução da política monetária

18. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária, considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

19. O Comitê optou pela elevação de 0,25 ponto percentual, avaliando que a economia ainda apresenta resiliência, o que dificulta a convergência da inflação à meta e requer maior aperto monetário. Por outro lado, ressaltou-se que o ciclo até então empreendido foi particularmente rápido e bastante firme, reforçando o entendimento de que, dadas as defasagens inerentes aos efeitos da política monetária, grande parte dos impactos da taxa mais contracionista ainda está por vir. Em função disso, o Comitê comunicou que antecipa uma interrupção no ciclo de elevação de juros para avaliar os impactos acumulados ainda a serem observados da política monetária. Ressaltou-se, novamente, que a construção da confiança necessária para definir o patamar apropriado de restrição monetária ao longo do tempo passa por assegurar que os canais de política monetária estejam desobstruídos e sem elementos mitigadores para sua ação.

20. O Comitê avalia que, após um ciclo rápido e firme de elevação de juros, antecipa-se, como estratégia de condução de política monetária, interromper o ciclo de alta e observar os efeitos do ciclo empreendido para, então, avaliar se a taxa de juros corrente é apropriada para assegurar a convergência da inflação à meta. Ressaltou-se que, determinada a taxa apropriada de juros, ela deve permanecer em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado devido às expectativas desancoradas. O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado.

D) Decisão de política monetária

21. O Comitê segue acompanhando com atenção como os desenvolvimentos da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. O cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho. Para assegurar a convergência da inflação à meta em ambiente de expectativas desancoradas, exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado.

22. O Copom decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 15,00% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

23. Em se confirmando o cenário esperado, o Comitê antecipa uma interrupção no ciclo de alta de juros para examinar os impactos acumulados do ajuste já realizado, ainda por serem observados, e então avaliar se o nível corrente da taxa de juros, considerando a

sua manutenção por período bastante prolongado, é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta. O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado.

24. Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Gabriel Muricca Galípolo (presidente), Ailton de Aquino Santos, Diogo Abry Guillen, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, Izabela Moreira Correa, Nilton José Schneider David, Paulo Picchetti, Renato Dias de Brito Gomes e Rodrigo Alves Teixeira.

Tabela 1
Projeções de inflação no cenário de referência
Variação do IPCA acumulada em quatro trimestres (%)

Índice de preços	2025	2026
IPCA	4,9	3,6
IPCA livres	5,2	3,4
IPCA administrados	3,8	4,1

São Paulo, 30 de julho de 2024.

Aos

Srs. Cotistas do **VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO** CNPJ/MF Nº 13.842.683/0001-76.

REF: Sumário da Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO.

Prezado(a) Cotista,

A **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de instituição administradora do **VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, fundo de investimento imobiliário, inscrito no CNPJ sob o nº 13.842.683/0001-76. ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, pela presente, enviar a V.Sa. o sumário da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de julho de 2024, devidamente formalizada em ata a ser disponibilizada nas páginas da Administradora, da CVM e da entidade onde as cotas do Fundo estão registradas para negociação.

Presentes os Cotistas titulares de cotas representando 13,70% (treze vírgula setenta por cento) das cotas emitidas pelo Fundo, que manifestaram seus votos como segue abaixo:

- a) Prolongamento do prazo para liquidação do Fundo em 12 meses, contados da data da assembleia, com redução da Taxa de gestão em 50%;
- e) Autorizar a Administradora e a Gestora, conforme o caso, a adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento das determinações da Assembleia Geral de Cotistas.

A ata da assembleia será encaminhada nos próximos dias.

Sendo o que nos cumpria para o momento, ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, através do seguinte endereço eletrônico: assembleias@planner.com.br.

Atenciosamente,

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., na qualidade de Administradora do **VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**.